

ATIVIDADE EXTENSIONISTA NA EAD - AVANÇOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

EXTENSION ACTIVITY IN EAD - ADVANCES AND PERSPECTIVES IN THE INCLUSION PROCESS

Jonas Pereira Leal – UNINTER; Mônica Caetano Vieira – UNINTER; Rosemeri do Rocio Dessot Schier – UNINTER; Simone Zampier da Silva – UNINTER.
<Jonas.l@uninter.com>; <monica.si@uninter.com>; <rosemeri.s@uninter.com>; <simone.s@uninter.com>

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir e aprofundar as análises sobre a importância das atividades extensionistas entre as estratégias adotadas para o trabalho com acadêmicos. A proposta faz um resgate da base teórica “CHAVE” que é a síntese de cinco palavras orientadoras: conhecimento, habilidades, atitudes, valores e emoção. Esse tema é disparador para que pensemos uma abordagem interdisciplinar para os estudantes de Educação a Distância. As atividades extensionistas são recurso importante para a fusão entre as propostas dos estudantes e o diálogo com a teoria estudada ao longo do curso, neste caso, sobre o processo de inclusão nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação a Distância; Chave Interdisciplinar; Atividade Extensionista; educação inclusiva.

Abstract: This article aims to discuss and deepen the analysis of the importance of extension activities among the strategies adopted for working with academics. The proposal recaptures the theoretical basis “KEY”, which is the synthesis of five guiding words: knowledge, skills, attitudes, values and emotion. This theme is a trigger for us to think about an interdisciplinary approach for Distance Education students. Extension activities are an important resource for the fusion between the students' proposals and the dialogue with the theory studied throughout the course, in this case, on the process of inclusion in regular schools.

Keywords: Distance Education; Interdisciplinary Key; Extension Activity; inclusive education.

1 Introdução

As possibilidades de estudo, pesquisa e extensão na Educação a Distância são potentes e abrem portas para novas possibilidades de aprendizagem, sejam estas para os docentes com seus pares ou para os estudantes.

Nesse cenário, o termo “abrir portas” quando se trata das práticas extensionistas em EaD, está respaldado pela proposta do Programa Chave Interdisciplinar numa perspectiva, colaborativa, inclusiva, investigativa e disruptiva.

Cabe aqui, debruçar-se à compreensão do significado do termo CHAVE. Essa palavra disparadora, é uma criativa junção de iniciais “C” de conhecimento, o “H” das habilidades para aplicar esse conhecimento, o “A” de atitudes, o “V” de valores e por último o “E” de emoções, porque o ser humano é movido a emoções.

A chave interdisciplinar é, portanto, uma percepção de mundo, uma filosofia e gera também uma metodologia que agraga todas as áreas do conhecimento.

Feitas estas considerações iniciais, que são basilares para a discussão sobre a relevância das ações extensionistas em EaD, cabe destacar que os princípios norteadores da proposta estão sustentados no ODS4-Educação de Qualidade, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promotora de oportunidade de aprendizagem durante a vida toda.

O presente artigo resgata a base teórica sustentada na indissociabilidade entre conhecimento, habilidades, atitudes, valores e emoções destacando a importância das atividades extensionistas

na organização do trabalho pedagógico na EaD e apresenta apreciações positivas de estudantes que participaram desta proposta, executaram a sua pesquisa e identificaram nisso um contributo para sua experiência como futuro docente e para entendimento da inclusão na prática.

2 Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva

O princípio da inclusão está em consonância com os direitos humanos na busca de uma sociedade mais justa e equitativa. Desta forma, é fundamental que a escola valorize e respeite a diversidade, promova educação de qualidade para todos possibilitando o desenvolvimento integral de seus estudantes e a formação de cidadãos mais conscientes, autônomos e engajados. Diniz (2012, p.9) corrobora a ideia ao afirmar que:

A escola inclusiva está afinada com os Direitos Humanos, porque respeita e valoriza todos(as) os(as) alunos(as) cada um(a) com suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos(as) sejam respeitados.

A proposta de mudanças amplas na educação para um modelo mais inclusivo, teve seu marco na assembleia realizada na Espanha, em junho de 1994, com representantes de governos e organizações internacionais, a partir da qual passou a defender uma “Educação para Todos” (Declaração de Salamanca, 1994). O sistema educacional brasileiro reorganiza-se no decorrer dos anos para apresentar propostas de trabalho no contexto da inclusão educacional. Atualmente, projetos de educação inclusiva têm sido elaborados pelas escolas, visando o desenvolvimento do estudante e garantindo o acesso, o ingresso e a permanência nas modalidades de escolarização nas instituições de ensino. Para Abenhain (2005), a escola ser inclusiva não significa apenas abrir suas portas aos estudantes com necessidades educativas específicas, representa perceber em cada criança um ser em desenvolvimento, que necessita de caminhos para desenvolver seu potencial.

A inclusão de pessoas público-alvo da educação especial na escola regular representa um importante avanço, mas é marcada por desafios como a necessidade de ampliar o investimento e os temas na área de formação dos professores, a necessidade de investimentos na infraestrutura e nos recursos de tecnologia assistiva, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Sala de Recursos Multifuncionais, dentre outros. Vieira e Silva (2022, p.31) ressaltam que:

Ao receber estudantes com deficiência na instituição escolar, os gestores precisam estar atentos para conhecer e acolher o estudante e sua família, além de providenciar os recursos humanos e materiais que viabilizem acessibilidade e acesso ao conhecimento, com as devidas adaptações nos casos necessários.

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, as autoras afirmam que é necessária uma articulação entre o atendimento realizado na sala de aula comum com o Atendimento Educacional Especializado e que a instituição escolar precisa prover de uma sala de recursos multifuncionais para que os estudantes público-alvo da educação especial possam ser atendidos no contraturno. (Vieira; Silva, 2022).

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica preveem que o Projeto Político Pedagógico da escola, estabeleça a oferta do AEE considerando na sua organização:

- I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III – cronograma de atendimento aos alunos;
- IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – professores para o exercício da docência do AEE;
- VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (Brasil, 2009)

Além destes elementos, cabe destacar que a acessibilidade é um pilar fundamental para a construção de um ambiente escolar inclusivo, pois ao eliminar barreiras é possível possibilitar a participação plena dos estudantes público-alvo da Educação Especial no processo de aprendizagem. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência. (Brasil, 2015).

O entendimento da educação especial numa perspectiva inclusiva exige um olhar atento e cuidadoso da instituição escolar para que os estudantes sejam atendidos em suas necessidades específicas e possam desenvolver suas potencialidades. Desta forma, a Atividade Extensionista possibilita aos estudantes em formação, reflexão e ação, sobre o processo de inclusão em escolas de educação básica para que possam no exercício futuro da profissão contribuir com a formação de sujeitos mais autônomos e participativos na sociedade em que estão inseridos.

3. Atividade Extensionista na prática

A essência das atividades extensionistas é o fortalecimento das iniciativas acadêmicas em comunhão com a sociedade. Nesta perspectiva, a inclusão fomenta e sustenta ações concretas que consolidam tais interações.

A Atividade Extensionista nesta proposta, adota uma metodologia específica, de visitas do estudante à escola de educação básica de sua região, que atende alunos público-alvo da Educação Especial. As ações envolvem quatro etapas: diagnóstico da realidade educacional, levantamento de dados, proposta de intervenção e envio da mesma à instituição por meio de protocolo, os quais recebem devolutivas afirmativas da instituição, que sinalizam os impactos ocorridos no ambiente escolar.

A proposta de trabalho na primeira etapa visa orientar o aluno ao diálogo com a pedagoga, promovendo o acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para uma leitura reflexiva. O contato com o PPP objetiva ao estudante a compreensão da gestão democrática no ensino público, prevista no inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96 que afirma que a comunidade escolar deve ocupar um papel de destaque, permitindo discussões acerca de que concepção de educação deseja construir, sendo assim, estratégias são adotadas para garantir sua participação na gestão da escola. Ao abordar a gestão democrática, é necessário apontar a importância do Projeto Político Pedagógico e destacar seu objetivo de promover espaço de diálogo e defesa do direito à igualdade.

Segundo Carbonell (2002), a concepção de Projeto Político Pedagógico como diretriz da organização do trabalho pedagógico é fundamentada nos princípios da escola democrática, pública e gratuita.

A segunda fase do trabalho da atividade extensionista conduz o aluno a levantar aspectos principais sobre o processo de inclusão na escola a fim de apresentar, numa terceira etapa, uma proposta de intervenção que será entregue à instituição na qual desenvolveu a pesquisa, buscando soluções para uma problemática existente.

As vivências práticas da Atividade Extensionista ofertadas nos cursos de Licenciatura em Educação Especial, Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Psicopedagogia e Licenciatura em Psicopedagogia, contribuíram para a relação entre os conceitos teóricos, obtidos durante o curso, com as atividades práticas, possibilitando reflexão dos alunos, em relação ao ODS 4- Educação de Qualidade e o processo de inclusão na instituição escolar, por meio de uma aprendizagem significativa, conforme o relato de alguns estudantes dos cursos citados:

“Após realizar atividade extensionista, adquiri conhecimento com a prática e a teoria para desenvolver uma boa atuação como educador. O diagnóstico feito foi o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição com base em seus dados relevantes, e, a seguir pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com critério, assumido com critério desejado. Aprendi que a teoria é fundamental para interpretarmos a realidade e a prática é a compreensão e realização do corpo teórico”. (X, 2024)

Ao analisar o depoimento do estudante, observou-se a importância da Atividade Extensionista, para construção do conhecimento e que vão impactar diretamente no exercício futuro da profissão. Quando ocorre a associação entre a teoria e a prática, o conteúdo amplia seu significado, possibilitando novos saberes.

“Quando percebo a possibilidade de minha proposta de intervenção impactar meu locorregional e gerar melhorias nos números do ODS 4 Educação de Qualidade, sinto alegria e satisfação. Se for possível fazer a diferença na vida de outras pessoas e contribuindo para um futuro melhor para todos. A educação é um direito fundamental de todos os seres humanos, e é essencial para o desenvolvimento social e econômico. Quando as pessoas têm acesso a uma educação de qualidade, elas têm mais chances de ter sucesso na vida e de contribuir para a sociedade.” (Y, 2024)

A conscientização em relação ao ODS 4 - Educação de Qualidade, é um outro fator mencionado pelos estudantes, revelando a relevância e o aproveitamento obtidos na realização da Atividade Extensionista, ao perceber as possibilidades de impacto positivo da proposta de intervenção elaborada:

“Em relação às emoções, percebo um misto de empolgação, responsabilidade e esperança ao perceber a possibilidade de minha proposta de intervenção impactar meu locorregional e gerar melhorias nos números do ODS 4 - Educação de Qualidade. Sinto-me empolgada com a oportunidade de fazer a diferença e contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, ao mesmo tempo que sinto a responsabilidade de garantir que minhas ações sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. No entanto, essa responsabilidade vem acompanhada de uma grande dose de esperança, pois acredito no poder transformador da

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

educação e na capacidade da comunidade escolar de criar mudanças significativas para o bem de todos os estudantes. Estou empolgada com a oportunidade de fazer parte de uma mudança positiva na comunidade e contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva e acessível para todos os estudantes. Ao mesmo tempo, sinto uma responsabilidade maior em garantir que minha proposta seja eficaz e alcance os resultados desejados. Estou comprometida em enfrentar os desafios que surgirem e trabalhar duro para alcançar os objetivos estabelecidos.”. (Z, 2024)

Constata-se que o sentimento de responsabilidade emerge, quando, por meio das atividades desenvolvidas pelo estudante, é proporcionado uma transformação locorregional a partir da efetivação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que respeita e valoriza as diferenças.

4 Conclusão

As Atividades Extensionistas dos cursos de Pedagogia, Educação Especial e Psicopedagogia, respaldadas pelo Programa Chave Interdisciplinar, têm por horizonte ampliar o entendimento do aluno em relação à inclusão na rede regular de ensino.

A metodologia desenvolvida se sustentou pela observação, análise, projeto de intervenção, monitoramento e avaliação, a partir da percepção e pesquisa dos acadêmicos no desenvolvimento das atividades extensionistas que compuseram a proposta. Outro aspecto mensurável são os registros apresentados nos protocolos que indicam os desafios postos na realidade escolar, tais como fragilidade da infraestrutura, ampliação dos recursos de tecnologia assistiva, investimento na formação de professores e as atribuições dos gestores e corresponsabilização com os atores envolvidos, plano de trabalho docente de mediação, articulação entre as salas de aula e espaços de inclusão e ainda a importância da garantia de tais discussões no Projeto Político Pedagógico. Outro aspecto a destacar é a articulação entre os alunos e o contexto escolar, para que possam investigar, pesquisar e refletir sobre as práticas, tendo como base o arcabouço teórico adquirido ao longo do curso de graduação, a fim de propor ações que possam contribuir para a educação de qualidade para todos, conforme prevê o ODS-04.

Destaca-se, portanto, as possibilidades de estudo, pesquisa e extensão na Educação a Distância a partir de experiências práticas que possibilitam aos sujeitos envolvidos no processo, a ampliação do repertório de conhecimentos em um movimento de reflexão e ação. Nesse cenário reiteramos e consolidamos a ideia inicialmente proposta da articulação entre conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, como basilares na organização das atividades extensionistas.

Referências

ABENHAIM, E. Os Caminhos da inclusão: breve histórico. Em A. M. Machado, A. J. Veiga Neto, M. V. O. Silva, R. G. Prieto, W. Rannã & E. Abenaim (Orgs.), Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola (pp. 39-53). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. 2015

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o

Jonas Pereira Leal; Mônica Caetano Vieira; Rosemeri do Rocio Dessoti Schier; Simone Zampier da Silva.

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar**: a mudança da escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiências e/ou necessidades específicas**: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

VIEIRA, Mônica Caetano; SILVA, Maria Aparecida. **Gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico na educação inclusiva**. Curitiba: InterSaber, 2022.